

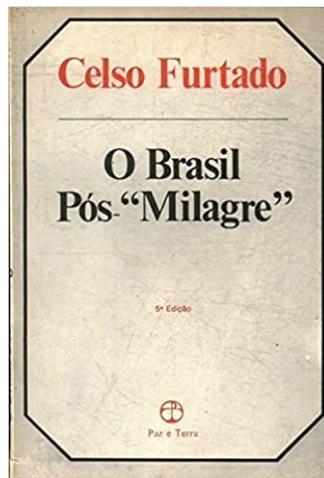
## Celso Furtado, 100 Anos: O Brasil Pós-“Milagre” (1981)

GUILHERME GRANDI (\*)

### 1 Contexto

O início da década de 1980 se caracterizou pelo agravamento do quadro de crise internacional como consequência do Segundo Choque do Petróleo, ocorrido em 1979, e, no Brasil, a questão da dívida externa, aliada à escalada da inflação, se mostraram uma combinação explosiva que acarretou uma reversão da trajetória de crescimento da economia brasileira entre 1981-83. Este período é conhecido pela literatura especializada como o triênio do ajuste recessivo, levado a cabo pelo último governo do regime militar instaurado em 1964, o governo do general João Figueiredo, e marcado também pelas negociações com o Fundo Monetário Internacional (FMI) para a assinatura do acordo de um “empréstimo de salvação”. Tal ajuste vinha sendo defendido pelo ministro do Planejamento demissionário em 1979, Mario Henrique Simonsen, diante da mudança de perspectiva em relação à economia internacional já a partir de 1977/78. Mas, afinal, qual era a opinião de Celso Furtado a respeito desse contexto e dos principais problemas enfrentados pela economia brasileira no despontar dos anos 80?

Algumas respostas encontram-se no livro objeto de análise deste texto. *O Brasil pós-“milagre”* deve ser, todavia, entendido em conjunto com outros dois trabalhos de Furtado publicados em sequência: *A nova dependência: dívida externa e monetarismo*, de 1982, e *Não à recessão e ao desemprego*, publicado no ano seguinte. Enquanto o primeiro analisa o legado deixado pelo período e modelo de desenvolvimento associados



**O Brasil Pós-“Milagre”** (Paz e Terra, 1981)

à ideia do “milagre econômico”, o livro de 1982 apresenta um diagnóstico preciso sobre questões urgentes à época no Brasil como o endividamento externo, a aceleração inflacionária e a internacionalização da economia brasileira. O trabalho subsequente, de 1983, consiste mais em um livro de “combate”, uma análise que denota certa indignação do autor frente à desordem do cenário econômico do país e encerra suas reflexões durante o triênio recessivo, no qual a economia brasileira se retraiu cerca de 2,2% ao ano. De início, convém avaliarmos de que modo o livro de 1981 inaugura um conjunto de preocupações do autor que o levou a formular diagnósticos, prognósticos e proposições teóricas e políticas acerca da economia brasileira no contexto de crise marcado pelo endividamento externo e pelo recuo do produto interno do país.

Naquele contexto, vivendo ainda no exterior<sup>1</sup>, Furtado vinha demonstrando preocupação aguda com o rumo que a economia brasileira assumira desde a virada dos anos 60 para os 70, ao perceber que o modelo de desenvolvimento perseguido pelo regime militar trazia riscos à autonomia do Estado em gerir com controle a economia nacional, conferindo assim grande probabilidade de se gerar desequilíbrios estruturais de difícil solução no curto e no médio prazos. Em verdade, a segunda metade dos anos 70 já vinha testemunhando uma piora gradativa de alguns dos principais indicadores macroeconômicos do país, a começar pelos déficits crônicos em conta corrente do balanço de pagamentos.

A alternativa vislumbrada pelo governo brasileiro de buscar diminuir a absorção interna e estimular as exportações por meio de um ajuste na relação entre câmbio e salários não tivera um efeito positivo imediato, de curto prazo. Pode-se considerar que a política de maxidesvalorização cambial, então implementada por Delfim Netto, que substituiu Simonsen à frente do Ministério do Planejamento, até teve um relativo sucesso no que diz respeito ao ajustamento externo, mas certamente comprometeu ainda mais o cenário interno ao se mostrar um propagador do aumento dos preços internos da economia. Como consequência das maxidesvalorizações de 30% do câmbio, adotadas em duas ocasiões, sendo a primeira em dezembro de 1979, a inflação anual a partir de 1980 alcançou a casa dos três dígitos. O alívio do ponto de vista do desempenho da economia, no entanto, só viria um pouco mais tarde, em 1984, quando se observava uma melhora significativa do resultado da balança comercial associada à recuperação da economia norte-americana e a reativação das exportações brasileiras para esse país.

Segundo Bacha (1984, p. 584), havia três razões básicas que conduziram à deterioração das contas externas do Brasil entre o final dos anos 70 e início dos 80: os choques externos representados pelas duas expressivas altas de preço do petróleo, cujos impactos

sobre os termos de troca e as taxas de juros internacionais são conhecidos, o incremento do custo da dívida externa daí decorrente e a perda de controle do Estado sobre a economia como resultado, dentre outras coisas, de políticas internas equivocadas e ineficazes.

O financiamento do déficit em transações correntes se fazia sistematicamente por meio de empréstimos externos e, assim, o governo brasileiro financiava a economia como um todo levando à expansão do nível da atividade de setores variados pelo menos até 1980. Nesse sentido, o crescimento acelerado da dívida externa acarretou, num interregno de dez anos, incremento de mais de seis vezes da razão entre a renda líquida remetida ao exterior e o PIB brasileiro. Tal participação, que era inferior a 1% em 1974, chegou a cerca de 5,7% em 1983. (WERNECK, 1986, p. 554-555)

Malan (1983, p. 72) nos informa também que a dívida externa líquida do Brasil, correspondente à dívida bruta descontada as reservas, saltou de US\$ 6,2 bilhões, ao final de 1973, para a impressionante marca de US\$ 40,2 bilhões em dezembro de 1979, o equivalente a 2,6 vezes o valor das exportações desse ano que foi de US\$ 15,2 bilhões. Diante desses dados, indaga-se quais eram, em realidade, as raízes da crise do endividamento do Brasil e de outros países do an-

tigo Terceiro Mundo no despontar dos anos 80?

Para alguns autores, o início das tratativas com o FMI frente ao desempenho ruim da economia brasileira em 1981 (retração de 4,3% do PIB) é a constatação de que tais países seriam responsabilizados pela crise mundial, uma vez que o Fundo agiria em defesa dos interesses do capital financeiro, isto é, dos credores internacionais, por meio das condicionalidades macroeconômicas impostas aos países endividados para a viabilização do estabelecimento de um “acordo de cooperação”. Tais credores exigiam fundamentalmente, ou tinham a expectativa de que os governos dos países periféricos como o Brasil se engajassem na tarefa de realizar o equilíbrio (ou o ajuste) monetário dos seus respectivos balanços de pagamento. Para tanto, o Fundo exigia que fosse adotada uma série de medidas restritivas, cujo resultado imediato seria um agravamento do quadro recessivo da economia nacional. Por esta razão, Furtado se opôs veementemente à continuidade das negociações do governo brasileiro com o FMI ao longo de todo o ano de 1982. À luz dos argumentos de Bacha (1983), Filgueiras (2012, p. 72-73) observa atentamente que:

Desse modo, desresponsabilizaram os Estados Unidos, que elevou a sua taxa de juros para poder financiar seus déficits fiscal e comercial. Essa atitude, de interesse específico do

governo americano, além de enxugar os recursos financeiros disponíveis no mercado internacional, determinou também a redução do nível de atividade de sua economia e, em decorrência, de todas as demais. Como consequência, provocou uma recessão mundial que afetou enormemente a capacidade de exportação dos países periféricos e deteriorou, ainda mais, as suas balanças comerciais e seus balanços de pagamento.

Diante dessa conjuntura, no entanto, a economia brasileira apresentava uma especificidade que, a despeito da insustentabilidade da

rolagem da dívida externa dada pela impossibilidade de se contrair novos empréstimos, se verificava pela presença de superávits comerciais significativos, em especial, a partir de 1983. Malan (1983, p. 74) observa que a política econômica adotada no Brasil entre o final de 1980 e o segundo semestre de 1982 visava “evitar o recurso ao FMI”, o que, como se sabe, não foi possível. O já referido ajuste recessivo, baseado em políticas contracionistas, afetou em cheio o setor industrial, que sofreu uma retração da ordem de 10% em termos reais e uma baixa inédita da renda real *per capita* em 1981. Houve também uma

aguda deterioração dos termos de troca, além do aumento da renda líquida remetida ao exterior. Nesse sentido, portanto, cabe tomarmos de empréstimo a indagação do autor: qual foi a serventia da recessão com a inflação de 1981, que permaneceu na casa dos três dígitos, cujo objetivo era evitar o descontrole do balanço de pagamentos?

O texto furtadiano aqui em análise nos auxilia a responder com acuidade à questão acima formulada. No entanto, antes de nos voltarmos ao livro propriamente dito, convém examinarmos os dados a seguir.

*Brasil – Inflação, PIB, Investimento e Saldo da Balança Comercial, 1980-89*

| Ano  | Inflação (%) | Tx de crescimento do PIB (%) | Tx de investimento (% PIB) | Saldo da balança comercial (em bilhões de dólares) |
|------|--------------|------------------------------|----------------------------|--|
| 1980 | 100,2        | 9,3                          | 22,9                       | -2,9   |
| 1981 | 109,9        | -4,3                         | 24,3                       | 1,2  |
| 1982 | 95,4         | 0,8                          | 23,0                       | 0,8  |
| 1983 | 154,5        | -2,9                         | 19,9                       | 6,5  |
| 1984 | 220,6        | 5,4                          | 18,9                       | 13,1   |
| 1985 | 225,5        | 7,8                          | 18,0                       | 12,4   |
| 1986 | 142,3        | 7,5                          | 20,0                       | 8,3  |
| 1987 | 224,8        | 3,5                          | 23,2                       | 11,1   |
| 1988 | 684,5        | -0,1                         | 24,3                       | 19,2   |
| 1989 | 1320,0       | 3,2                          | 26,9                       | 16,1   |

Fonte: *Conjuntura Econômica* - FGV (abril/1999); IBGE; SECEX.

Embora a balança comercial tenha sofrido uma reversão no início da década, passando de um déficit de US\$ 2,9 bilhões para um superávit de US\$ 1,2 bilhão, a situação das transações correntes continuaria deficitária, mesmo que a um nível inferior – de US\$ 12,4 bilhões em 1980 se reduziu apenas para US\$ 11 bilhões no ano seguinte – e dos quais US\$ 9,2 bilhões se destinaram ao pagamento de juros sobre a

dívida externa. Esta, se incluirmos a dívida de curto prazo, chegou a ultrapassar a marca dos US\$ 70 bilhões ao final de 1981 (MALAN, 1983, p. 74). De qualquer maneira, cabe encerrarmos esta breve contextualização com um trecho do próprio livro de Furtado (1981, p. 49), o qual passaremos a analisar mais minuciosamente:

Para compreender a situação que se criou nesse período e que levou à quase imobilização do governo como gestor da economia, é necessário ter em conta que o apelo desesperado à poupança externa não resultou de uma política deliberada, que disciplinasse os fluxos financeiros e definisse prioridades no que concerne à utilização de recursos raros, cujo acesso tinha como contrapartida comprometer

a autonomia futura do país. Longe de fundar-se na aceitação consciente de um risco, cuja justificação poderia se obter flexibilidade a curto prazo para aumentar a capacidade de autotransformação em período subsequente, o endividamento foi principalmente a contrapartida de uma política antiinflacionária fundada em diagnóstico impreciso e apoiada em instrumentos inadequados.

## 2 O Texto: o Primeiro da Trilogia

Em certa medida, muitas das reflexões presentes em *O Brasil pós-“milagre”* já haviam sido tecidas pelo autor em livro anterior, de 1972, intitulado *Análise do “modelo” brasileiro*. Portanto, o trabalho de 1981, objeto desta resenha, assim como o de 1982, que esperamos analisar em texto posterior, retomam e aprofundam a perspectiva de Furtado sobre o caráter dependente do (sub)desenvolvimento brasileiro. Ideia que, de acordo com Bresser-Pereira (2001), derivava da crítica aos seus escritos do início dos anos 60.<sup>2</sup> De qualquer maneira, nota-se ainda certa esperança do autor, no início dos 80, em alertar as autoridades governamentais para a adequada formulação de um projeto efetivo de desenvolvimento para o Brasil. Mas, para isso, fazia-se mister, em primeiro lugar, a elaboração de um diagnóstico preciso sobre a situação presente após 16 anos de condução do país pelos militares.

Uma das revelações que aparece nesse primeiro livro da trilogia é a de que as origens, ou causas primordiais, da crise do endividamento externo residem nas medidas tomadas pelo governo brasileiro durante o período conhecido como o “milagre econômico”, isto é, entre 1968 e 1973. Furtado contradiz, portanto, os autores que atribuem à gestão de Ernesto Geisel (1974-1979), e por conseguinte à execução do II PND, a responsabilidade exclusiva pela insustentabilidade e o descontrole do pagamento da dívida externa.

O ponto central do livro se vincula ao fato de que o crescimento econômico exacerbado ocorrido durante o “milagre”, em especial do setor manufatureiro, se deu sem que a estrutura produtiva do Brasil “alcançasse níveis mais altos de capacidade de autotransformação” (FURTADO, 1981, p. 40-41). Esta questão, portanto, da elevação da capacidade de autotransformação do sistema econômico nacional é o mote que vai nortear toda a reflexão crítica do autor sobre os erros do projeto de desenvolvimento que dera sustentação ao regime militar e que, por sua vez, se agravaram após a nova conjuntura decorrente da alteração dos preços relativos da economia, acarretada em virtude do primeiro choque internacional do petróleo.

Para o autor, o afluxo de recursos a baixo custo para o Brasil produzia a ilusão da flexibilidade aos

setores industriais, que buscavam se reequipar a níveis tecnológicos superiores até quando as condições para a tomada dos empréstimos externos permanecessem favoráveis. Nesse contexto, a dívida externa, que em 1964 era da ordem de US\$ 3 bilhões, chegou a aproximadamente US\$ 13 bilhões em 1973. O setor de bens de capital, em particular, se beneficiou de um aumento considerável das importações de equipamentos, cuja taxa anual de crescimento foi de 28% em termos reais, entre 1969-74. Tal abertura, segundo Furtado (1981, p. 41), só teria sido de fato benéfica aos propósitos do desenvolvimento se tivesse ocorrido concomitantemente a um aumento das exportações de bens de maior conteúdo tecnológico em comparação ao movimento das exportações dos setores tradicionais, como o da agropecuária. Contudo, o que se observou foi um constante e galopante processo de endividamento exterior, ou seja, esta foi, sem sombra de dúvidas, a principal contrapartida.

Em paralelo a esse ponto, há o argumento furtadiano acerca da baixa propensão a poupar dos beneficiários da concentração de renda ocorrida durante o período do “milagre”. Contrariando algumas expectativas mais otimistas em relação ao desempenho econômico desse período (ver, por exemplo, LANGONI, 1973), o incremento da renda observado no início dos anos 70 não conduziu ao aumento da propensão a poupar dos seg-

mentos que mais se beneficiaram. Na realidade, houve considerável concentração da renda em virtude da transferência de recursos dos consumidores de mais baixo nível de vida para os extratos médio e altos de renda. Furtado (1981, p. 42) nota a existência de um modelo de desenvolvimento implementado pelos militares de caráter essencialmente antissocial, dado o descompasso por ele gerado entre o nível de consumo, o baixo nível de poupança interna e as perdas reais do salário básico no país, ou seja, entre a renda média da população brasileira.

Em síntese, no decênio compreendido entre 1964 e 1973, não obstante um considerável aumento do produto interno, não se assinala na economia brasileira nenhum ganho de autonomia na capacidade de autotransformação, nem tampouco qualquer reforço da aptidão da sociedade para autofinanciar o desenvolvimento. (FURTADO, 1981, p. 43)

O problema principal imposto ao Brasil após o choque externo de 1973 consistia em dar continuidade às formas de financiamento visando ampliar a base do setor industrial, aumentar o coeficiente de exportação e reestruturar a matriz energética. No entanto, nosso autor se pergunta: “Como alcançar esses três objetivos sem modificar um modelo de desenvolvimento que esteriliza parte da poupança canalizando-a para o financiamen-

to do consumo?” (FURTADO, 1981, p. 46). Em outras palavras, quais seriam as possibilidades concretas existentes à época para se continuar com o financiamento dos investimentos produtivos no país?

Sabe-se que a alternativa escolhida, pautada na ideia do crescimento via endividamento, teve como aliado preferencial o órgão responsável por administrar a moeda e o nível interno de liquidez da economia. Entre 1974-79, bancos e empresas privadas com acesso direto à poupança externa foram autorizados a depositar os recursos no Banco Central do Brasil (Bacen), que passou a se responsabilizar pelo pagamento dos juros e a assumir todo o risco cambial que eventualmente pudesse emergir. Tais recursos, cujo formato era o de linhas de crédito *stand-by* à disposição das empresas, permitiam às firmas estrangeiras apropriar-se de parte nada desprezível da renda nacional, por meio da especulação no mercado monetário e da aquisição de haveres não monetários, como títulos públicos de alta liquidez emitidos pelo governo brasileiro. Em essência, seus ganhos decorriam da remuneração advinda de taxas de juros mais elevadas em comparação com as vigentes no mercado financeiro internacional. Assim, os recursos aplicados no país estavam, grosso modo, cobertos pelo Bacen dos riscos cambiais que essas operações embutiam, além de estarem também garanti-

dos contra a corrosão inflacionária. (FURTADO, 1981 p. 50-51)

A crítica de Furtado passa por buscar entender se esse endividamento se justificava pelo esforço de se transformar a estrutura produtiva do país através do aumento da sua capacidade de autotransformação. Contudo, os dados aos quais o autor recorreu não confirmam essa hipótese, pois o nível de investimento entre 1975-79 foi algo muito próximo ao do quinquênio 1970-74, em torno de 24%. Ou seja, as evidências históricas indicam que a taxa de formação de capital fixo se manteve estável no decorrer dessa década, ao passo que o nível de poupança se contraiu frente ao aumento constante da participação do consumo no PIB. Nota-se também que essa estabilização do nível de investimento no Brasil foi acompanhada por uma ligeira elevação do coeficiente de exportação. Contudo, o mais preocupante, segundo Furtado (1981, p. 54), consistia na queda da relação produto-capital, uma evidência da queda de produtividade da economia, e na manutenção de um nível baixo de poupança, aspecto que deveria ser revertido por toda e qualquer política de desenvolvimento, independentemente de seus objetivos centrais. A isto soma-se o fato de que o serviço da dívida externa concorria diretamente com os investimentos na drenagem da poupança total. Em suma, Furtado (1981, p. 51) observa o seguinte:

O custo desse endividamento para a sociedade foi tanto maior quanto em grande parte ele foi o fruto das facilidades dadas aos especuladores que realizavam operações de arbitragem no mercado de dinheiro, financiando-se no exterior a baixo custo sem incorrer em qualquer risco cambial. Como a utilização desses recursos dentro do país estava ao arbítrio de empresas e/ou intermediários que os obtinham no exterior, as autoridades monetárias se viram progressivamente cerceadas em sua capacidade de levar adiante uma política de controle da criação de liquidez. Em síntese: em 1979, no momento da segunda elevação dos preços do petróleo, a situação dos centros de comando da economia brasileira era de semiparalisa; quase nenhum espaço lhes restava para manobrar, seja no campo fiscal, seja no monetário, seja no cambial. As forças que os imobilizavam eram as mesmas que arrastavam o país ao crescente endividamento externo, forçando-o a aceitar taxas de juros e prazos de amortização cada vez mais onerosos.

Essa semiparalisa era, ao que tudo indica, uma das principais preocupações de Furtado nesse início dos anos 80; uma decorrência, não há dúvidas, da nova dependência, ou subordinação, das autoridades monetárias do Brasil em relação aos credores financeiros internacionais. Fruto da internacionalização do sistema monetário dos países periféricos, portanto, a política do

endividamento externo, visando a manutenção dos encargos da dívida (isto é, sua rolagem), restringia o raio de ação do Bacen ao mesmo tempo que incrementava a parcela da renda que era apropriada por esses mesmos intermediários financeiros transnacionais (FURTADO, 1981, p. 64).

A perda de autonomia do Bacen com respeito ao controle interno da liquidez, portanto, do regime monetário nacional, era também causa e consequência de outros desequilíbrios internos, como a disparada e descontrole da inflação. A esse respeito, Furtado (1981, p. 79) pondera acerca do imediatismo da política de combate inflacionário então pensada pelo governo brasileiro à época, sem deixar de criticar certa(s) corrente(s) da análise econômica:

Assim, os que imaginam que a inflação é fenômeno essencialmente monetário, dão por certo que ela pode ser corrigida a curto prazo, ou seja, sem modificações na estrutura do sistema. De alguma forma isto é verdade, mas implica em ignorar as consequências a mais longo prazo da política antiinflacionária. Recupera-se o equilíbrio mediante a subutilização da capacidade produtiva, portanto com um custo social considerável; e nada assegura que, retomada a expansão, manter-se-á o equilíbrio, pois este reflete uma situação de distribuição da renda que fora imposta à coletividade mediante a recessão. É por esta

razão que a política antiinflacionária de curto prazo deve inserir-se em uma política de modificação estrutural, que, por definição é de longo prazo. A correção de um desequilíbrio externo não é senão outro aspecto desse problema. Assim, a degradação persistente dos termos de intercâmbio provoca deslocamentos – modificações na distribuição da renda – que são diversas se ela resulta de elevação dos preços das importações (ou dos de um produto importante como o petróleo) ou de baixa dos preços das exportações. Neste segundo caso o efeito depressivo é imediato, ao passo que no primeiro o efeito imediato é inflacionário.

A situação de deterioração do sistema econômico brasileiro, evidenciada pela crise do endividamento, e a perda de controle da gestão macroeconômica por parte do governo Figueiredo pareciam se retroalimentar. Atento a esta correlação danosa que, segundo Furtado, poderia hipotecar o futuro do país e cujo resultado só poderia ser o agravamento da recessão, nosso autor formulou quatro recomendações às autoridades governamentais visando a reconstrução dos setores produtivos e que deveriam servir de base para um renovado projeto de desenvolvimento econômico de longo prazo.

À guisa de conclusão, elencam-se a seguir tais pontos de modo sucinto. O primeiro diz respeito à necessidade de se elevar a taxa de poupan-

ça disponível para o investimento reprodutivo, pois tratava-se da modificação estrutural de maior relevância e condição necessária para que a economia brasileira pudesse recuperar sua capacidade de autotransformação, de modo a absorver os desequilíbrios interno e externo que a fazem declinante e socialmente desigual. Para Furtado, não bastava reduzir o déficit do setor público e introduzir medidas de poupança compulsória, como cogitado por alguns naquele contexto, se o resultado dessa economia de recursos continuasse sendo direcionado para subsidiar investimentos em setores que reforçavam o caráter antissocial e concentrador de renda do desenvolvimento preconizado pelo regime militar. (FURTADO, 1981, p. 80-81)

A segunda recomendação do autor refere-se à modificação da forma de inserção da economia brasileira no sistema de divisão internacional do trabalho. No curto prazo, o objetivo do governo, segundo Furtado, deveria ser o de frear o processo de endividamento e renegociar os prazos e condições do pagamento da dívida, reduzindo o seu peso especialmente durante o período de recessão das economias centrais. Tal objetivo poderia ser perfeitamente alcançado sem a submissão e tutela externas, situações tão prejudiciais quanto a suposta racionalidade tecnocrática do FMI, cujo receituário macroeconômico tendia a conduzir para uma combinação de retração do produto

interno e perda de autonomia de decisão dos Estados endividados, perpetuando assim o subdesenvolvimento e, portanto, toda uma miríade de mazelas sociais. (FURTADO, 1981, p. 82)

Se, por fim, o terceiro ponto menciona exatamente este último aspecto, qual seja, o de liberar a massa da população do círculo vicioso da pobreza, em particular a parcela rural (os minifundistas), o quarto ponto consiste na necessidade de se diminuir os custos da matriz energética nacional e de repensar a questão espacial relativa à localização das atividades industriais e ao tipo de ocupação territorial desencadeado nos grandes centros urbanos do país. Nas palavras do nosso autor:

Uma economia de grande espaço, voltada para o mercado interno e que enfrenta preços relativos crescentes de combustíveis líquidos deve procurar minimizar os seus custos de transporte, portanto, descentralizar a atividade industrial liberando-se, pela inovação técnica, de muitos dos atuais imperativos da economia de escala. No caso da agricultura, a preeminência da biomassa como fonte energética cria a possibilidade de ampla descentralização na produção de insumos. Optar pela solução inversa, pretendendo enquadrar a transformação do sistema energético nos atuais padrões de localização industrial e de concentração urbana, é optar pela agravação dos problemas

sociais e sobrecarregar o sistema econômico com custos crescentes. (FURTADO, 1981, p. 88)

Decepcionado ou não com as medidas políticas que viriam a marcar o último mandato presidencial dos militares no país, antes portanto do retorno à democracia em meados dos anos 80, Furtado continuaria dando sua contribuição ao debate de ideias ao escrever trabalhos teóricos e interpretativos sobre a realidade do subdesenvolvimento brasileiro e latino-americano. Primeiro, em virtude de sua própria personalidade, por ser um intelectual engajado, obstinado e, em alguns momentos, até otimista, e, em segundo lugar, pelo seu compromisso na construção de um país mais próspero economicamente e justo socialmente, mediante o seu protagonismo como formulador de diagnósticos lúcidos e prognósticos factíveis acerca das condições e possibilidades materiais e culturais da periferia do sistema capitalista.

## Referências

- BACHA, E.L. Prólogo para a Terceira Carta. **Revista de Economia Política**. São Paulo, v. 3, n. 4, p. 5-19, out.-dez. 1983.
- \_\_\_\_\_. Choques externos e perspectivas de crescimento: o caso do Brasil - 1973/89. **Pesquisa e Planejamento Econômico**. Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, p. 583-622, dez. 1984.
- BRESSER-PEREIRA, L.C. Método e paixão em Celso Furtado. In: BRESSER-PEREIRA,

- L.C.; REGO, J.M. (orgs.). **A grande esperança em Celso Furtado**. São Paulo: Editora 34, p. 19-43, 2001.
- FILGUEIRAS, L.A.M. **História do Plano Real: fundamentos, impactos e contradições**. 3ª ed. São Paulo: Boitempo, 2012.
- FURTADO, C. **O Brasil pós-“milagre”**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- LANGONI, C.G. **Distribuição de renda e desenvolvimento econômico do Brasil**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1973.
- MALAN, P.S. A questão externa. In: **FMI x Brasil: a armadilha da recessão**. São Paulo: Fórum Gazeta Mercantil, p. 69-102, 1983.
- WERNECK, R.L.F. Poupança estatal, dívida externa e crise financeira do setor público. **Pesquisa e Planejamento Econômico**. Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 551-574, 1986.

---

1 No período de 1964 a 1985, Furtado manteve-se no exílio e teve uma atuação destacada por meio de suas atividades de pesquisa e ensino, primeiro no Chile junto ao Instituto Latino-Americano de Planificação Econômica e Social (Ilpes), vinculado à Cepal, depois na Universidade de Yale, nos Estados Unidos e, em seguida, na França, como professor da Universidade de Paris I. Em Paris, chegou a atuar também no Instituto de Altos Estudos da América Latina, no IEDES, na *Maison des sciences de l’homme* e na *École de Hautes études en sciences sociales*.

2 Referimo-nos particularmente aos títulos *Desenvolvimento e subdesenvolvimento* (1961), *A pré-revolução brasileira* (1962) e *Dialética do desenvolvimento* (1964).

(\*) Professor de História Econômica do Departamento de Economia – FEA/USP. (E-mail: ggrandi@usp.br).